

O EXERCÍCIO PARENTAL PARA ALÉM DA NORMATIVIDADE: REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA MONO E HOMOPARENTAL

Jhony Lupino de Brito¹; Maria Ivone Marchi Costa²

¹Graduando de Psicologia da Universidade do Sagrado Coração – USC –; ²Prof. Dra. Docente do Centro de Humanas Da Universidade do Sagrado Coração – USC

RESUMO

Entender a família como uma construção social é reconhecê-la como um produto emergente de processos sociais, históricos e culturais em constante progresso. Este estudo objetiva compreender o exercício da parentalidade na família mono e homoparental e, refletir sobre as suas repercussões no desenvolvimento dos (as) filhos (as). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de base construcionista social cuja metodologia é a poética social e, os momentos marcantes dos discursos nos permitiram levantar eixos temáticos os quais foram analisados sob as lentes dos discursos construcionista social numa perspectiva discursiva e dos de gênero pós-estruturalistas. A análise e discussão nos permitiram considerar que nesses modelos de família a eficácia parental é questionada no que tange a possíveis comprometimentos no desenvolvimento dos (as) filhos (as); estes (as) vivenciam discriminação especialmente no ambiente escolar, devido suas famílias não se encaixarem no modelo heteronormativo; Entretanto, pesquisas realizadas e, a leitura sob as lentes dos discursos construcionistas e gênero contradizem tais inquietações e, convidam à busca pela não padronização, no sentido de considerar essas formas de família e de parentalidade não como entidade existente em si mesma e natural no mundo, mas como construída socialmente e que existem várias maneiras possíveis serem descritas. Consideramos que refletir tais questões, podem possibilitar a desconstrução de preconceitos e ser uma via de prevenção em prol da saúde mental e qualidade de vida dessas famílias e respectivos (as) filhos (as).

Palavras-chave: Monoparentalidade. Homoparentalidade. Gênero. Desenvolvimento dos filhos. Construcionismo social.

INTRODUÇÃO

Iniciamos contextualizando que o movimento construcionista social surge no final do século XX e início do XXI e se alinha com as discussões que emergem na pós-modernidade e também as suas especificidades, sobretudo no que se refere à sua natureza reflexiva, pautada na explicação da relação entre produção de conhecimento e configuração de mundos sociais. Esse lança seu foco sobre os processos relacionais e discursivos a partir dos quais as pessoas constroem a si mesmas e o mundo em que vivem (GUANAES, 2014). Para o construcionismo o mundo é socialmente construído, sendo o sujeito construtor do conhecimento através de suas próprias interações sociais (LONGARY; RIBEIRO, 2009).

Iñiguez (2004, p. 2), sintetiza os elementos que considera como fundamentais para caracterizar uma posição construcionista: o antiessencialismo (as pessoas e o mundo social são o resultado, o produto, de processos sociais específicos), relativismo (a Realidade não

existe independentemente do conhecimento que produzimos sobre ela ou com independência de quaisquer descrições que fazemos dela); o questionamento das verdades geralmente aceitas (o contínuo questionamento da “verdade”, pondo em dúvida sistematicamente, o modo como aprendemos a ver o mundo e a nós mesmos); a determinação cultural e histórica do conhecimento e o papel conferido à linguagem na construção social (a realidade se constrói socialmente e os instrumentos com os quais se constrói são discursivos).

Nesse sentido e consonante com os objetivos deste estudo, os discursos construcionistas sociais nos convidam a refletir sobre as descrições da família no que tange às novas configurações familiares e dentre essas a monoparental e homoparental como um objeto importante no que se refere ao desenvolvimento e saúde mental do ser humano bem como da qualidade de vida.

Esse convite decorre do fato de que nessas formas de família, o exercício da parentalidade se dá por figuras de apenas um gênero, o que tem gerado questionamentos sobre o desenvolvimento psicossocial dos (as) filhos, devido a ausência do modelo parental do outro gênero e pela discriminação que poderá vivenciar na sociedade, especialmente no ambiente escolar, colocando em pauta também a possibilidade de comprometimento da saúde mental dos (as) filhos (as) oriundos (as) desses modelos de família.

OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é compreender a família monoparental e homoparental no que tange ao exercício da parentalidade e desenvolvimento dos (as) filhos (as).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza construcionista social, realizada a partir de discursos da literatura por intermédio da busca eletrônica em artigos, teses e dissertações, com base de dados científicos em Scielo, Lilacs e Pepsic, Psitran e livros, estes em língua portuguesa, nacionais, com delimitação temporal variada.

A metodologia que utilizamos denomina-se poética social. Essa é uma das formas construcionistas de se gerar inteligibilidade a partir das informações obtidas na pesquisa. A poética social está sendo compreendida aqui, de acordo com as ideias de John Shotter (1996, 2008), um pensador social, cujas produções são calcadas nas ideias dos filósofos, Mikhail Bakhtin e Ludwig Wittgenstein e John L. Austin, dentre outros.

Iniciamos seleção dos discursos a partir das palavras chaves, orientando nossa ação pela apropriação dos discursos que emergiram do diálogo mantido entre pesquisador e autores da literatura selecionada. Essa apropriação nos guiou e nos ajudou no processo de produção de sentidos em relação aos discursos, mantendo a relação com o contexto investigado e com os objetivos da pesquisa o que nos possibilitou a construção de sínteses úteis e a seleção de “momentos marcantes”, preservando metodologicamente, a ênfase construcionista no caráter performático da linguagem e a seleção de trechos dos discursos que mais nos capturaram. Essa seleção significa atentar aos momentos marcantes e singulares e à forma como os enunciados se relacionam responsivamente (Shotter, 1996), sendo que esses representam eixos iluminadores na análise processual.

Nesse processo de encontro, submersão e de busca de sentidos dos discursos, emergiram alguns temas, campos de sentidos que nos chamaram a atenção, de maneira que

fomos construindo campos temáticos de sentido e nos sensibilizamos para a organização dos momentos marcantes em 5 eixos temáticos: família, monoparentalidade, homoparentalidade, desenvolvimento dos (as) filhos (as), discriminação.

A discussão que passamos a proceder será orientada pelos eixos temáticos os quais serão iluminados pelos discursos Construcionista Social numa perspectiva Discursiva e Gênero Pós-estruturalistas.

DISCUSSÃO

Para o construcionista, as formas naturalizadas de se falar sobre família apenas se mantêm inquestionadas e apenas ganham o senso de “real” ou “verdadeiro” enquanto os participantes continuam a fazer uso delas. Ao nos mobilizarmos em torno de uma análise foucaultiana (FOUCAULT, 1969), esta localiza nosso entendimento de família em momentos históricos, culturais e locais específicos, e oferece meios pelos quais podemos começar a nos perguntar quais outros entendimentos de “família” podem ser possíveis em circunstâncias históricas, culturais e locais diferentes. Quaisquer sentidos sobre família alcançados durante uma dada conversa são realizações relacionais socialmente circunscritas.

Entender a família como uma construção social reconhece-a como um produto emergente de processos sociais, históricos e culturais em constante progresso.

Constatamos que a família não foi sempre vista e entendida da mesma maneira que hoje, e, quando nos damos conta dos processos sociais envolvidos na construção e na substância das realidades que habitamos, preocupamo-nos com as consequências de aceitar nossos conceitos atuais de família sem questioná-los.

A eficácia parental da família monoparental e homoparental é questionada em nossa cultura por algumas razões, porém, dado os objetivos deste estudo, nos deteremos à que diz respeito ao fato da parentalidade ser exercida por genitor (a) e ou genitores (as) de apenas um gênero. Conforme já mencionamos, tais questionamentos emergem devido à consideração da importância de ambos os gêneros para um saudável desenvolvimento infantil. Este questionamento por parte da sociedade e algumas comunidades acadêmicas reafirma a ordem simbólica que permeia o imaginário social coletivo, que é calcada na heterossexualidade e hetenormatividade compulsória, bem como em teorias de desenvolvimento infantil estruturalistas calcadas no paradigma da modernidade, as quais nos propõem modelos prontos e ideais para nos encaixarmos sobre família, parentalidade e desenvolvimento infantil, e nesse sentido é inegável a influência da Psicanálise. Nessa perspectiva a figura do gênero masculino (pai) e do feminino (mãe), são consideradas referências fundamentais para o desenvolvimento da criança, no que tange a constituição de sua identidade pessoal, identidade e expressão de gênero e sua futura orientação sexual e por consequência da saúde mental.

Entretanto, a esse respeito, o psicanalista Paulo Roberto Ceccarelli (2007), argumenta que não se podem negar os efeitos que as transformações contemporâneas produzem no universo simbólico da cultura, e, então, cabe-nos discutir as repercussões dessas transformações no processo civilizatório. O autor enfatiza que, primeiramente, é preciso separar aquilo que, de fato, manifesta-se como domínio da psicanálise daquilo que pertence ao imaginário. O mesmo complementa que a psicanálise não é guardiã de uma ordem simbólica supostamente imutável, produtora de uma forma idealizada de subjetivação baseada nas normas vigentes e com o poder de deliberar sobre o normal e o patológico. Nas palavras do autor:

Sabemos, no entanto, e para isso não foi necessário esperar pela psicanálise, que o modelo de família tradicional nunca foi sinônimo de “normalidade”. O argumento segundo o qual a presença do par homem/mulher é indispensável para a produção de “subjetividades sadias” não se sustenta. [...], o que determina a circulação dos afetos é a ordem simbólica da cultura que acolhe o recém-nascido [...] (CECARELLI, 2007, p. 11).

Nessa mesma esteira, insere-se Bowlby (1979), e ao fazermos uma releitura de sua teoria do desenvolvimento, ou seja, atualizada para o contexto contemporâneo, a figura de apego, considerada por ele como base fundamental para a segurança emocional da criança e para o seu desenvolvimento, pode ser a mãe, o pai ou outra pessoa adulta que estabeleça com a criança o vínculo de apego.

Seben e Nunes (2013) tiveram o objetivo de analisar diferenças psicossociais entre crianças dos sexos masculino e feminino na faixa dos seis aos doze anos que pertenciam a famílias constituídas apenas pela mãe e a criança e famílias com a presença de ambos os pais. Os autores revelaram que a variável da configuração familiar não apresentava influência quanto ao comportamento e ao desenvolvimento cognitivo das crianças nos dois contextos familiares.

Já Oliveira; Siqueira; Dell’Aglío e Lopes (2008), mapearam a produção científica sobre o impacto das diferentes configurações familiares, no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Esses focalizavam, em sua maioria, nas famílias monoparentais e adolescentes, em comparação com crianças. Os resultados revelaram uma maior frequência de estudos que não encontraram mudanças e consequências significativas nesta configuração familiar para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. No entanto, percebeu-se que há estigmatização em relação às configurações diferentes da família nuclear (OLIVEIRA; SIQUEIRA; DELL’AGLIO E LOPES 2008).

Sobre as famílias homoparentais, Mécary (2008) aponta que os estudos disponíveis na França e nos Estados Unidos revelam que as crianças criadas por pais do mesmo sexo não apresentam diferenças significativas daquelas criadas por pai e mãe heterossexuais ou por pai/mãe solteiro(a) (CADORET, 2002; NADAUD, 2002; ROUDINESCO, 2003). Os estudos indicam, ainda, que também não há registro de patologias particulares, confusão de identidade ou de papéis, ao contrário do que poderiam sugerir as afirmações categóricas encontradas em algumas decisões judiciais que negaram a essas pessoas o direito legal de exercerem a parentalidade como casal.

A revisão de pesquisas empíricas com famílias homoparentais realizada por Gato e Fontaine (2011) destaca estudos comparativos sobre o desenvolvimento da criança educada por pais *gays* e mães lésbicas comparado a heteroparentais. Dos 311 estudos sobre homoparentalidade recenseados, 38 diziam respeito ao desenvolvimento psicológico de 1000 a 1500 crianças educadas em contexto homoparental.

Os resultados, que foram apresentados sob as perspectivas dos pais *gays* e mães lésbicas, professores e autoavaliação das crianças e adolescentes, revelaram que não há diferenças substanciais quanto ao desenvolvimento psicossocial da criança e adolescente quando comparados às de pais heteroparentais. Os professores se mostraram consensuais na observação de semelhanças entre os dois grupos, e a auto avaliação das crianças e adolescentes não apresentou diferenças significativas quanto à hiperatividade, sintomas emocionais ou problemas de comportamento, autoconceito e autoestima, quando comparadas

às das crianças e adolescentes cujos pais são heteroparentais. Também não foram constatadas diferenças significativas sobre o funcionamento cognitivo entre os dois grupos, e quanto à segurança da vinculação, verificaram níveis significativamente mais elevados junto às crianças de pais homoafetivos (GATO; FONTAINE, 2011).

Esses estudos revelam que, apesar do preconceito e da discriminação, as crianças educadas em contexto homoparental desenvolvem-se tão bem como os seus pares em termos psicossociais.

Os estudos revelam, ainda, que a ausência de um progenitor de sexo diferente no desenvolvimento psicosexual das crianças, adolescentes e adultos tem uma influência insignificante no desenvolvimento psicosexual, nomeadamente no que diz respeito à orientação sexual e à identidade de gênero (GATO; FONTAINE, 2011).

Esses resultados não significam que as crianças não apresentarão nenhum problema de identidade, porém, a origem deste não será necessariamente dependente da ausência do outro gênero ou orientação sexual dos pais.

Embora tenham sido realizados em outras sociedades, os resultados dessas pesquisas não podem ser subestimados, pois, entre pesquisadores americanos e europeus, o fenómeno é observado há tempo suficiente para que se conheçam os desdobramentos da homo e mono parentalidade.

Tais constatações podem ser tomadas como referência para a nossa sociedade, embora devamos considerar as diferenças entre ela e as sociedades acima citadas. Apesar disso, não podemos deixar de considerar o que constitui fato claramente observável de que filhos de casal homoafetivo pode ser **alvo de preconceitos e de comentários pejorativos**, o que se manifesta especialmente no contexto escolar. Da mesma forma, embora de maneira menos intensa ocorre com os (as) filhos(as) oriundos (as) de família monoparental, por fugir do modelo estabelecido como “normal”, ou seja, o heterossexual, devido a ausência da figura do outro gênero.

Salientamos que a escola é espaço público de frequência obrigatória, onde crianças, jovens e adolescentes desenvolvem suas identidades sociais e estabelecem relações com o mundo que envolve regras e afetos, presentes nos discursos sociais dominantes e assim é considerada uma instituição que muito influencia no desenvolvimento global da criança, jovem e cidadão, por isso, refletir tais questões também a partir desse contexto pode subsidiar o desenvolvimento de futuros projetos em prol da saúde mental e qualidade de vida das crianças e adolescente que vivem em tais modelos de famílias e que vivenciam discriminação.

Na nossa visão, a escola e, em particular, a sala de aula, devem formar um ambiente privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças, pois, a formação cidadã prioriza o desenvolvimento pleno dos sujeitos nelas inseridos. Esse é considerado um espaço decisivo para contribuir na construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de práticas pautadas pelo respeito à pluralidade e aos direitos humanos (JUNQUEIRA, 2009). Desta forma seus (as) profissionais devem ser encorajados (as) a assumir sua responsabilidade no combate a todas as formas de preconceitos e discriminação que permeiem o espaço escolar.

Ainscow (2009^b) ressalta que, de acordo com os princípios da UNESCO, o objetivo da educação inclusiva é de eliminar a exclusão social que resulta de atitudes e respostas à pluralidade com relação à etnia, idade, classe social, religião, gênero e habilidades. Assim, a

escola, por intermédio de seus profissionais, é convocada a assumir a responsabilidade social de contribuir, por meio de suas práticas, com o processo de inclusão social.

Nessa direção, Butler (1999) afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Contudo, a autora acentua que “os corpos não se conformam completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta, daí que essas normas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos” (BUTLER, 1999, p. 153).

Assim, as várias configurações de família hoje vigentes em nossa sociedade refletidas a partir do construcionismo social numa perspectiva discursiva, a qual a linguagem é considerada como *performance*, nos permite presumir que descrever as coisas não é um processo passivo e representativo, mas, ao invés disso, uma ação ativa no mundo. Portanto, estas variadas formas de família podem ilustrar “múltiplas definições mutantes” do conceito de família e sustentam a ideia de que “a noção do que é uma família continua a mudar drasticamente para incluir uma rica e cada vez maior variedade de unidades familiares” (ANDERSON, 1997, p. 81).

O entendimento da família como construção social é reafirmado pelo discurso construcionista social, sendo que este enfatiza que as pessoas ativamente produzem sentidos sobre família no intercâmbio social. Nessa perspectiva, os sentidos de família e de parentalidade podem ser concebidos como uma realização discursiva, ou seja, família e a parentalidade são definidas em termos do que as pessoas, utilizando-se de diferentes discursos socialmente produzidos disponíveis, descrevem juntas como sendo família e parentalidade. Dessa forma, diferentes realidades sobre família são criadas por meio de processos de negociação de sentidos no momento interativo. Pudemos compreender que há muitas versões diferentes de família e de formas de exercícios de parentalidade, cada uma delas têm implicações diversas para o mundo social, e nenhuma tem a verdade universal de que seja mais normal, correta que a outra.

Adotar uma concepção discursiva de família implica na possibilidade de manter uma postura aberta que nos permita entender as diferentes formas com que as pessoas descrevem suas conexões com outros e como esses relacionamentos funcionam no contexto de suas realidades situadas. É reconhecê-la como um produto emergente de processos sociais, históricos e culturais em constante progresso, ou seja, a família não foi sempre vista e entendida da mesma maneira que hoje. Também entendemos que algumas maneiras de descrever a família criam formas de vida que servem a certos interesses, como dominação de gênero, de geração, de raça ou de classe (GERGEN, 1997). E, na nossa visão, esse é o caminho que patologiza a família descrita como monoparental e homoparental, ao questionar a competência parental dos (as) progenitores (as), pois, evidencia a diferença de gênero e desconsidera as experiências vivenciadas e as significações construídas pelos (as) respectivos (as) filhos (as) a respeito de sua família, pois, a sociedade insiste em lhes dizer que essa família que os está acolhendo, educando, protegendo e os amando não serve, é anormal, e por pertencerem a ela, são também colocados à margem dessa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o desafio atual consiste não no estabelecimento de padrões sociais mais flexíveis, no sentido de acolher as famílias descritas como monoparentais e homoparentais e os(as) seus(as) respectivos(as) filhos(as), mas pela busca da não padronização, no sentido de não considerá-la como entidade existente em si mesma e natural no mundo, mas como construída socialmente e que existem várias maneiras possíveis de ela ser descrita. Dessa forma, o convite é para considerarmos “maternidades”, “paternidades”, “parentalidades” e “filiações”, ou seja, a mãe, o pai, o(a) filho(a) de cada um.

Definir uma forma adequada de ser e viver em família e desconsiderar as experiências, os desejos, as escolhas e as construções particulares de cada pessoa, bem como os sentidos que esta atribui à sua família é no mínimo uma violência praticada contra a liberdade de ser.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? *In: Tornar a educação inclusiva*. (Org) Osmar Fávero, Windyza Ferreira, Timothy Ireland e Débora Barreiros. – Brasília: UNESCO, 2009.

ANDERSON, H. **Conversation, language and possibilities**: A post-modern approach to therapy. New York: Basic Books, 1997.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CADORET, A. **Des parents comme les autres: homosexualité et parenté**. Paris: Éditions Odile Jacob, 2002.

CECCARELLI, P. R. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, vol. 40, n. 72, p. 89-102, jun. 2007.

FOUCAULT, M. **The archaeology of knowledge**. Tradução: A. M. Sheridan Smith. Londres; Nova York: Routledge, 1969.

GATO, J.; FONTAINE, M. A. Impacto da orientação sexual e do gênero na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. **Ex æquo**, Vila Franca de Xira, n. 23, p. 83-96, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602011000100008&script=sci_abstract>. Acesso em: 21 nov. 2014.

GERGEN, K. J. **Realities and relationships**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

GUANAES-LORENZI, C. Construcionismo Social: tensões e possibilidades de um movimento em permanente construção. In: GUANAES-LORENZI, C. et al. (Orgs.). **Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2014.

IÑIGUEZ, L. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: _____. (Coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 105-160.

JUNQUEIRA, R.D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. IN Junqueira, R.D. (Org). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade UNESCO, 2009. <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>. Acesso em 27 març.2018

LONGARY, D, A. RIBEIRO, P, R, C. **Problematizando os discursos científicos sobre a homossexualidade**. Universidade Federal do Rio Grande, Florianópolis, nov. 2009.

MÉCARY, C. Homosexualité, mariage et filiation: où en Sommes-nous? **Informations sociales**, Paris, v. 5, n. 149, p. 136-149, 2008. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revueinformations-sociales-2008-5-page-136.htm>>. Acesso em: 5. nov. 2011.

OLIVEIRA, D. DE; SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D.; LOPES, SOBREIRA, R. DE C; Impacto das Configurações Familiares no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes: Uma Revisão da Produção Científica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Interação em Psicologia**, 2008, 12(1), p. 87-98.

SEBEN, G., NUNES, M. L. T. Diferenças psicossociais no desenvolvimento de crianças de famílias monoparentais e biparentais. **Revista do CEAPIA**, 2013, 22(22), 78-90.

SHOTTER, J. **Wittgenstein, Relational-responsive understandings, and practical theory**. 1996, recuperado em 10 maio, 2017, de http://www.focusing.org/apm_papers/shotter1.html

THE PARENTAL EXERCISE BEYOND THE NORMATIVITY: REFLECTIONS ON SINGLE PARENTHOOD AND LGBT PARENTING FAMILY

ABSTRACT

Understand the family as a social construct is recognizes it as an emerging product of social, historical and cultural processes in constant progress. This study aims to understand the exercise of parenting in single parenthood and LGBT parenting family and, reflect on its impact on the development of children. It is a bibliographical research of social constructionist base whose methodology is the social poetics and, remarkable moments of

speeches allowed us to raise thematic axes which were examined under the lens of social constructionist discourses in a discursive and post-structuralist gender perspective. The analysis and discussion, allowed us to consider that in these family models parental effectiveness is questioned with respect to possible commitments in the development of the children; these experience discrimination particularly in the school environment, because their families does not fit in heteronormativity model. However, researches conducted and, the reading under the lens of constructivist discourses and genre contradict such concerns and invite the search for non-standardization, in order to consider these forms of parenting and family not as existing entity in itself and natural in the world, but as socially constructed and that there are several possible ways of being described. We believe that reflecting such questions, can enable the deconstruction of prejudices and be a way of prevention for mental health and quality of life of these families and their children.

Keywords: Single parenthood. LGBT parenting. Genre. Development of children. Social constructivism.